

Nas trilhas da palavra: a leitura no livro didático do ensino fundamental na Amazônia paraense

Following the trails of the word: reading in elementary school textbooks in the Amazon region of Pará

Géssica Aline Sousa da Silva Rodrigues¹

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA
Marabá, PA, 68507-550, Brasil

Tiese Rodrigues Teixeira Júnior²

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA
Marabá, PA, 68507-550, Brasil

Resumo: Este artigo trata da leitura no livro didático nas séries iniciais do ensino fundamental. O objeto de análise é um corpus retirado de um livro do 3º ano de Língua Portuguesa. O objetivo geral é compreender as finalidades da leitura com ênfase nos conteúdos presentes nos textos lidos em sala de aula. A metodologia é qualitativa do tipo bibliográfica. Teoricamente, dialogamos com Bittencourt (1996) e Reis e Magalhães (2013), entre outros. As análises mostram que os textos apresentam conteúdos que estão distantes da realidade dos alunos do interior da Amazônia paraense; a leitura tem o fim de resolver atividades e o foco é na memorização de regras gramaticais, distanciando o estudante da formação crítica da sua realidade e da possibilidade de se tornar leitor.

Palavras-chave: leitura; livro didático; Educação Básica.

Abstract: This article deals with reading in textbooks in the early grades of elementary school. The object of analysis is a corpus taken from a textbook. The overall objective is to understand the content present in the texts read in the classroom. The methodology is qualitative, bibliographic in nature, and theoretically we engage in dialogue with Bittencourt (1996) and Reis and Magalhães (2013), among others. The analyses show that the texts present content that is distant from the reality of students in the interior of the Amazon region of Pará; reading is aimed at solving activities and the focus is on memorizing grammatical rules, distancing students from the critical formation of their reality and the possibility of becoming readers.

Keywords: reading; textbook; Basic Education.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4306-9882>. Email: gessicaaline008@gmail.com.

² Professor da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA. Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0121-8928>. Email: tiese@unifesspa.edu.br.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre a leitura no livro didático do ensino fundamental. Os documentos legais, como a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, (2017) e o documento curricular do estado do Pará, (2019), ao tratarem da leitura destacam a importância de sua prática ser contextualizada, voltada, também, para a realidade do aluno e isso se mostra um desafio a mais para professores e estudantes que vivem distantes dos centros produtores dos livros didáticos, como é o caso do interior da Amazônia paraense. Chartier (1999), em seu conhecido trabalho, *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, argumenta que o texto não possui o sentido que seu autor o atribui e que a história da leitura, pressupõe a liberdade do leitor, liberdade de construção de sentido. Para construir sentido é preciso conexão com o texto e o contexto lido. As reflexões que se seguem são guiadas por essas ideias.

Pensar a leitura no livro didático é considerar que este objeto, educativo e cultural, é portador de um discurso de estado, e, aí, se encontram visões de mundo, formas de ensinar e escolhas de conteúdo que são universalizados nos diversos espaços educativos Brasil afora. Neste cenário, por um lado, cobra-se elementos como aquisição ou ampliação da língua materna, desenvolvimento de competências de leitura e de escrita, formação de leitores e hábitos de leitura, por outro, cobra-se resultados da escola em exames nacionais de leitura e interpretação textual.

Olhando as trilhas da palavra na educação básica parece haver uma prática de leitura feita para atender demandas externas à escola, onde a memorização de regras gramáticas e a imposição de sentidos únicos da palavra lida dão o tom das didáticas da leitura colocadas em curso. Neste sentido, os textos e seus conteúdos parecem estar distantes do universo de compreensão e de interesse dos alunos, uma vez que são recortes, pedaços, tiras de palavras que muitas vezes não geram conexão, por exemplo, com o estudante do interior da Amazônia paraense.

Defendemos que o livro didático é carregado de mensagens sociais, históricas, culturais e de identidade. A formação do leitor, o gosto pela leitura e a estética aí presentes dependem da possibilidade de conexão entre o lido e o vivido, estando presente, também, o fato de que os leitores da educação básica apresentam níveis frágeis de leitura e de interpretação, assim, o texto trazido para a sala de aula precisa dialogar com o universo vocabular e de interesse desse aluno.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

Esta pesquisa é qualitativa e tem como corpo de análise trechos de textos extraídos de um livro didático de Língua Portuguesa do 3º ano do ensino fundamental. O objetivo geral é refletir sobre um livro didático de Língua Portuguesa, do 3º ano do ensino fundamental, no tocante à leitura e suas finalidades pedagógicas. O trabalho está dividido em introdução, referencial teórico e metodológico, análises e discussões, considerações finais e referências.

2. Referencial teórico e metodológico

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, que foi desenvolvida inicialmente de maneira exploratória a respeito da temática proposta, buscando identificar nos estudos aspectos que envolvem a leitura relacionada ao livro didático de Língua Portuguesa. Na etapa seguinte foi definido o livro e o ano, optou-se por Língua Portuguesa, do 3º ano do ensino fundamental, reconhecendo o livro didático como recurso pedagógico muito utilizado para o desenvolvimento das práticas de leitura na sala de aula da educação básica.

A pesquisa qualitativa é uma forma de pesquisa voltada para a observação de um determinado assunto que seja importante para o pesquisador, considerando que ele de alguma forma vive isso, e sente uma necessidade de fazer algo para compreender a situação em questão, e para que isso aconteça é preciso que se faça observação e reflexão sobre o assunto abordado. (GIL, 2002)

A habilidade de leitura é essencial para todo e qualquer indivíduo, pois envolve sua autonomia enquanto um ser social e consciente, uma atividade fundamental para a formação humana. É próprio do ambiente escolar o desenvolvimento de tal habilidade, não obstante é possível perceber ao permear o meio escolar que esse é um terreno cheio de desafios, mas, também, de possibilidades.

Falar de leitura nas séries iniciais da educação básica, é falar sobre alfabetização e letramento, pois, estão diretamente ligados a leitura de mundo, pois é nesse período que os alunos estão passando pelo processo de aquisição da leitura e da escrita e dominar os códigos escritos torna-se um desafio maior quando a palavra lida não dialoga com o texto do estudante. Nesse sentido, Reis e Magalhães (2013, p.195) afirmam que:

Acreditamos que temos o dever, individual e político, como professores, formadores de professores e alfabetizadores, de oferecer aos alunos condições adequadas de aprendizagem da leitura e da escrita, como possibilidade de efetiva



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

participação social e conquista de seus direitos, educacionais e sociais (MAGALHÃES, 2013, p.195).

O ensino de leitura, por sua vez, deve ser realizado de maneira consciente e intencional pelo professor, contextualizado de forma que esse conteúdo esteja associado a comunicação do aluno e se aproxime de sua realidade, essa experiência pouco significa para o aluno em suas aprendizagens quando as habilidades de decifração e decodificação estão distanciadas de suas práticas linguísticas, de seu cotidiano e em suas interações humanas. De acordo com Reis e Magalhães (2013),

Essas aprendizagens só vão acontecer se houver um esforço didático e a compreensão, por parte dos que ensinam, de que elas são realmente importantes e determinarão, em menor ou maior dimensão, a efetiva participação cidadã. Isso porque o domínio de habilidades letradas é cada vez mais exigido nas práticas sociais (REIS E MAGALHÃES, 2013, p. 197).

Dessa forma, a partir da compreensão das autoras Reis e Magalhães (2013), os textos que devem ser levados e trabalhados em sala de aula precisam ser diversificados quanto ao gênero, a cultura e que se relacione aos aspectos sociais para que os alunos possam explorá-los por meio da leitura que os levem a refletir. Nesse sentido, as autoras afirmam que:

Mas para que esses textos se tornem objeto de estudo nas aulas de Língua Portuguesa torna-se necessário que os professores estejam atentos a eles, sejam sobretudo sujeitos leitores, produtores de cultura escrita e convidem seus alunos também a serem. Muitos dos nossos alunos estão inseridos numa cultura em que as práticas letradas não pertencem à cultura da escrita jornalística, científica, escolar ou artística, mas pertencem às culturas da escrita cotidiana, política ou religiosa, por exemplo. (MAGALHÃES, 2013, p. 201).

Um texto que dialoga com o universo do aluno apresenta a possibilidade da construção de significados e de significados. O maior exemplo para o desenvolvimento da leitura está na figura do professor que media essa ação na sala de aula e precisa ter domínio, controle e principalmente afinidade com as práticas de leitura. Fugita e Franco (2018, p.726) concordando com Girotto (2013), afirmam que “o modo como o professor trabalha a leitura no contexto escolar interfere na formação de leitores”. Compreende-se dessa forma, que trabalhar atividades de leitura fora de contexto para o aluno torna-se algo chato e enfadonho, quando não traz sentido de aplicação real e deixa lacunas na aprendizagem e no ato de ler.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

É possível compreender que a leitura contribui para a formação humana, uma vez que o ato de ler é uma ferramenta de construção de conhecimento na sociedade em que estamos inseridos. Nesse sentido, é importante entender que leitura de acordo com Girotto (2013) apud Fugita e Franco (2018, p. 729) representa “uma operação complexa, que exige a percepção de relações entre texto e o contexto do autor e do leitor”. Desse modo, saber ler tem que estar relacionado com atribuições de sentido. Segundo Fugita e Franco (2018, p. 729):

Saber ler está relacionado à capacidade de atribuir um sentido ao objeto de estudo por meio da relação que se estabelece entre autor e leitor, na qual o primeiro lança sua mensagem e o segundo apreende-a, interpreta-a e atribui-lhe um sentido de acordo com suas vivências. Nesse processo, cada leitor estabelece uma relação particular com o objeto de leitura de acordo com o contexto em que está inserido, compondo assim diferentes formas de ler.

Obviamente, a leitura desenvolvida no ambiente escolar tem grande significado para a formação humana, no sentido de que as ações e os conteúdos de leituras trabalhados no chão da sala de aula tenham construção de significado para as vivências dos alunos e que desperte consciência da importância dessa prática como construção social e cultural. Nesse sentido, Fugita e Franco destacam que,

Pressupõe-se, assim, que o ato de ler é uma construção social efetivada por meio da interação do sujeito com o contexto em que está inserido. A necessidade de leitura ocorre à medida que o aluno se torna capaz de assumir um papel ativo (FUGITA E FRANCO, 2018, p. 731).

No espaço escolar, a leitura demanda uma finalidade pedagógica, essa ação precisa ser constituída a partir de estratégias que despertem o interesse e o aluno encontre satisfação no ato de ler, algo contrário a prática de leitura obrigatória. Assim, segundo as autoras é preciso compreender que:

A atividade de leitura não pode ser tomada apenas como um ato mecânico de codificar e decodificar a escrita, pois envolve visão de mundo, desenvolvimento dos sentidos, da percepção, de expressões e de significados, que possibilitam ao homem problematizar e interpretar o contexto no qual está inserido (FUGITA E FRANCO, 2018, p. 738).

O ato de ler está atrelado a capacidade de compreender o texto e atribuir-lhe sentido, onde o aluno/leitor consiga relacionar texto e contexto segundo a sua realidade contribuindo para sua



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

humanização gerando capacidade e possibilitando o desenvolvimento de leitura de mundo, Fugita e Franco (2018).

Considerando a leitura a partir desta perspectiva, compreendendo que ela tem relevante contribuição para a formação humana, é inevitável que esteja relacionada aos contextos e práticas sociais. Concordamos com Teixeira Júnior (2022), quando discute essa prática a partir da abordagem sociológica baseada no conceito de “capital cultural”, de Bourdieu, afirmando que:

O domínio desta importante prática social pode ser decisivo na vida de um indivíduo, sendo verdade também que ela pode contribuir para a prática da reprodução das desigualdades sociais. Entre esta figura a ideia de que um leitor se constrói apenas por seus esforços individuais (TEIXEIRA JÚNIOR, 2022, p. 134-135).

Nesse sentido, pensar as práticas de leitura consiste em identificar sua dimensão social, consequentemente, a um cenário de desigualdade, esse que se corporifica na ideia de que falar de leitura implica compreender a relação que o domínio dessa prática dialoga com as relações de poder presentes na sociedade.

A esse respeito Teixeira Júnior (2022) destaca:

Compondo o capital cultural, está o capital literário, que engloba o conhecimento sobre diferentes autores, estilos e obras. Este capital proporciona a quem o possui um certo poder de influência sobre os demais agentes sociais. A aquisição e o domínio da leitura se inscrevem predominantemente no campo literário sendo utilizadas em outros campos — econômico, social e simbólico e no universo em geral. Neste campo, define-se quais são os bons livros, os livros sem qualidade, quem são os grandes escritores nacionais e regionais e, acima de tudo, quem pode classificar e hierarquizar os produtos literários desse importante capital simbólico (TEIXEIRA JÚNIOR (2022, p. 136-337).

A despeito da complexidade que envolve as práticas de leitura, especialmente nos espaços escolares, em que estas se desenvolvem e de forma exponencial contribuem para a formação ou não de alunos leitores, se faz necessário refletir sobre os conteúdos de leitura propostos no livro didático, uma ferramenta que está diretamente ligada a essas práticas e que envolvem uma ideia de leitura que está posta, essa imposição repercute de forma direta nos conteúdos de leitura que compõem o livro didático.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

No tocante a isso, perceber a leitura no contexto de capital cultural, é considerar que ela representa um bem social para aluno na sociedade. Para Teixeira Júnior (2022), além de sua representação no campo literário a leitura e suas práticas escolares estão presentes em outros campos como o “econômico, o social e o simbólico”.

Ainda segundo o autor:

Trazer o capital cultural para esta reflexão é considerar que o livro didático como um manual do governo federal que traz uma indicação de quais autores e quais obras devam ser lidas pelos estudantes da escola básica pública; é tentar marcar uma ação de violência simbólica do estado brasileiro enquanto detentor da cultura dominante, uma vez que é feita uma imposição desse capital literário (TEIXEIRA JÚNIOR, 2022, p. 137).

Diante disso, compreender o livro didático a partir dessa perspectiva permite ao educador ponderar a interferência que possui este artefato cultural no processo de ensino e aprendizagem de leitura, permitindo, assim, refletir sobre as práticas de reprodução de um ensino tradicional ou desafiar-se a mudanças, buscando aproximar esses conteúdos de um ensino que seja significativo para os estudantes. (ARAÚJO, SARAIVA E FILHO, 2021).

Concordamos com os autores Araújo, Saraiva e Filho (2021), quando se apropriam das ideias de (CORACINI, 1999; LAJOLO, 1996; MELO, 1999; SOUSA FILHO, 2009), para embasar o estudo que faz análise de um livro didático de Língua Portuguesa e sua relação com o ensino tradicional de gramática versus gêneros discursivos e análise linguística, mais especificamente quando falam sobre o livro didático expressando que:

O livro didático assume um papel importante em sala de aula, ou seja, ele é um dos instrumentos de mediação no processo de ensino e auxilia o professor em sua prática. No entanto, em muitos contextos de ensino o livro didático é a principal ferramenta no processo de ensino e aprendizagem e, dessa forma, o ensino passa a ser enfadonho e engessado (ARAÚJO, SARAIVA E FILHO, 2021, p. 271).

Os autores chegam à conclusão de que boa parte dos conteúdos analisados estariam mais ligados a reforçar a produção, leitura, interpretação de determinados conteúdos que estão de forma demasiada longe da realidade do aluno da educação básica e de suas vivências, ou seja, voltado mais para a reprodução de atividades gramaticais tradicionais, mostrando uma prática apenas de metalinguagem.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

3. Análises e discussões

Para falarmos do livro didático no Brasil, é preciso destacar alguns marcos históricos que envolvem e caracterizam a trajetória desse recurso pedagógico tão presente na escola básica, considerado uma espécie de manual de estudos para o desenvolvimento das aprendizagens.

Os meios utilizados para mediar as práticas educativas precisam ser constantemente analisados por quem constrói esse espaço formativo que é o ambiente escolar, o chão da sala de aula, evidenciar o estudo dos aspectos históricos de um material pedagógico como o livro didático surge como uma necessidade de estudar as motivações da criação e difusão desse material que ao longo dos anos vem sistematizando parte do conhecimento na educação básica.

Esse recurso didático e pedagógico tem “sua origem na cultura escolar”, Freitas e Rodrigues, (2008, p. 301), a princípio, ainda em ambiente europeu antes mesmo da existência de exemplares impressos, como explicitado pelas autoras em seu trabalho intitulado, o livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo.

No Brasil, de acordo com Bittencourt (2000), a história do livro didático é marcada por quatro momentos específicos. A autora relata inicialmente um primeiro momento ressaltando que os estrangeiros foram nosso modelo ainda no século XIX, quando começaram a produzir os primeiros livros didáticos no Brasil, além de serem livros inspirados em outros países era uma ferramenta que estava sob o controle governamental e vigilância da igreja, muitas obras eram geralmente a tradução de obras francesas e portuguesas e os professores eram orientados a fazerem as adaptações necessárias.

No segundo momento, Bittencourt (2000) relata que ocorre a nacionalização dos livros didáticos que acontece em duas fases, a primeira demarcada entre os anos de 1860 – 1930, já na segunda metade do século XIX, no governo de D. Pedro II, onde ocorreram “reformas nos currículos das escolas de ensino popular”. No decorrer desse período surgem os livros de leitura, abrindo caminho para o mercado de livros.

Sobre os livros de leitura a autora ressalta que:

Os livros de leitura tornaram um gênero literário muito difundido durante toda a metade do século XX. Destacavam temas que visavam difundir um espírito nacionalista de caráter patriótico, abordando temas sobre o Brasil e histórias do



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

nosso folclore. Com a criação dos grupos escolares, na fase republicana, a escola primária foi dividida em séries e foram introduzidos novos conteúdos e métodos de ensino, que de maneira ainda parcial, foram incorporados em algumas das obras da época. Uma das novidades era a formação moral dos alunos (BITTENCOURT, 2000, p. 6).

A segunda fase apontada pela autora vai dos anos de 1930 a 1960, nesse período acontece a nacionalização do livro didático, tanto em relação a sua produção como seu conteúdo, Bittencourt (2000). Ainda de acordo com a autora:

No decorrer da década de 1930, no governo Getúlio Vargas, foram feitas reformas educacionais que atingiram todo o País. Multiplicaram-se as cartilhas de alfabetização de acordo com os novos métodos. A tendência de uma centralização do livro didático foi marcada pela criação do Conselho Nacional de Livro Didático (CNLD) que passou a avaliar as obras quanto aos aspectos de conteúdo (BITTENCOURT, 2000, p. 7).

Neste aspecto, Matos (2012) corroborando as ideias de Luca (2009), destaca o papel regulador, de avaliação e autorização dos livros didáticos realizado pela Comissão Nacional do Livro Didático, CNLD, como agente de limitação em sua seleção dos livros que poderiam ser utilizados nos espaços das escolas públicas, que eram determinados por diretrizes que norteavam e apontavam a produção dos materiais, ou seja, havia um conteúdo predeterminado a ser seguido pelas editoras, dessa forma, além de seguir uma uniformização a partir da regulação de conteúdos, o livro didático nesse período possui, também, uma função predominantemente política e ideológica.

No terceiro momento, demarcado por Bittencourt (2000), entre os anos de 1970 – 1996 ocorre a multiplicação dos livros didáticos escolares. É um período marcado por mudanças políticas com a implantação do regime militar, que provocou muitas transformações sociais que levaram a adoção de novas políticas educacionais. De acordo com Bittencourt,

A Lei de Diretrizes e Bases nº 5692 de 1971 consolidou a tendência não da maneira que havia sido inicialmente proposta, em 1961, mas que acabou transformando a configuração da escola, dos professores e dos alunos. Tais mudanças ocasionaram um impacto significativo nas obras didáticas, que ganharam um novo poder de mercado (BITTENCOURT, 2000, p. 7).

Esse movimento favoreceu o setor editorial, de acordo com Matos (2012) os livros passaram a ser objeto de investimento das editoras. O livro didático adquiriu “lugar de produto comercial”



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

destinado a “seguir às regras de mercado”, Matos (2012, p.63). Com o aumento da produção e venda de livros que por muitas vezes tinham grande número de imagens que em sua maioria não tinha um teor pedagógico direcionado ao desenvolvimento das aprendizagens, mas apenas função decorativa para se tornar um produto mais fácil de ser vendido. No entanto, ainda nesse período, as mudanças quanto aos métodos de ensino se apresentam de forma significativas embora os exercícios e atividades estivessem focadas na aprendizagem a partir da memorização (BITTENCOURT, 2000).

Bittencourt (2000) destaca que existem características do livro didática que historicamente se fazem presentes desde sua criação, no século XIX, pois,

A formação mais simplificada dos professores e a ampliação constante do número de alunos em turnos variados de aulas, entre outros problemas, tornaram o livro um instrumento fundamental para o ensino, chegando muitas vezes a estabelecer os currículos, cujos textos oficiais eram meros indicadores e não mais a base para a elaboração dos materiais didáticos (BITTENCOURT, 2000, p. 9).

Com o movimento de expansão, produção, venda e distribuição dos livros didáticos chegamos ao quarto momento da nacionalização dos livros didáticos, que abrange de acordo com Bittencourt (2000), o período de 1996 em diante. É dentro desse período que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é criado em 1985, com o fim do CNLD, o novo Programa surge como uma política pública tendo sua efetivação apenas após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação n ° 9394 de 1996. Alguns problemas estruturais foram detectados ainda no início do processo, quanto a qualidade dos livros que apresentavam conteúdos desatualizados, equívocos conceituais e conteúdos preconceituosos.

Ao longo do tempo, o PNLD busca possibilitar a aquisição e distribuição desses materiais, avalia de maneira constante e de forma organizada os conteúdos do LD, para só então indicarem aos professores para que sejam feitas a seleção, Bittencourt (2000). A respeito da organização e seleção, ou seja, o processo de escolha dos livros didáticos em escolas de educação básica, cabe ressaltar que “é preciso perceber que, ao ditar as diretrizes de avaliação, tanto o CNLD quanto o PNLD contribuíram e contribuem para a uniformização das formas de apresentação dos conteúdos nos livros didáticos” (MATOS, 2012, p.65).

Quanto ao processo de seleção e escolha dos livros onde os professores participam, embora haja essa participação ainda há uma pré-seleção desse material que justamente é realizada



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

previamente pelo PNLD, nela “o governo participa ativamente de todo processo de elaboração e publicação dos manuais escolares”, conforme Matos (2012, p. 72). Nesse sentido, também, Bazzo e Terrazan (2015) refletem sobre o processo de seleção e escolha dos livros didáticos em escolas de educação chegando à conclusão de que:

As ações desenvolvidas pelas escolas para a organização do processo de escolha de livros didáticos no âmbito do PNLD 2013 foram motivadas por movimentos externos à escola, como, por exemplo, a chegada dos livros pelas editoras. Esse ato dispara a organização de mecanismos para o processo de seleção dos materiais. Sendo assim, as ações promovidas pela escola na estruturação do processo de escolha de livros didáticos resumem-se à reserva de reuniões pedagógicas para a escolha, à divulgação de algumas informações técnicas recebidas pelas secretarias e/ou coordenadorias de educação em termos de prazo e ao modo de proceder à escolha. Por isso, acreditamos que se faz necessária a criação de medidas que aproximem as políticas educacionais de materiais didáticos e as escolas, valorizando o tempo destinado à escolha dos livros, promovendo a interlocução entre as orientações do PNLD/MEC e as reivindicações dos professores e escolas, de forma a enaltecer a importância dessa atividade no contexto escolar e no trabalho docente (BAZZO E TERRAZAN, 2015, p. 270-271).

Na extensa trajetória do Livro Didático, outro aspecto relevante são os ajustes que vem acontecendo no decorrer de sua história. Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, em 2017, pelo Ministério da Educação, esse documento torna-se base, também, para o conteúdo curricular do LD.

Dessa forma, a BNCC acaba norteando a escolha dos conteúdos pautados nas habilidades e competências previstas nesse documento normativo, que oferece evidentemente contribuições positivas, já que, enfatiza a importância do desenvolvimento das práticas de leitura contemplada em seus eixos, o que pode contribuir e possibilitar um ensino significativo, de acordo com Bezerra (2020), a leitura se apresenta como uma forma de interação com o mundo. Quanto à BNCC é preciso refletir sobre os desafios significativos que apresenta por possuir uma estrutura de modelo nacional padronizado.

3.1 Leitura no livro didático



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

Como mencionado anteriormente, o Livro Didático exerce grande influência como recurso pedagógico, muitas vezes, o único suporte utilizado pelo professor na mediação do desenvolvimento das atividades em sala de aula, exercendo, assim, papel importante para a prática educativa, estando aí, atividades envolvendo as práticas de leitura.

De acordo com Rodrigues (2008), o livro didático não exerce papel importante só pelo conteúdo, mas por sua forma e como promove “a função de chamar atenção, provocar a intenção e promover a leitura”. É evidente que as práticas de leituras resultadas do livro didático são intencionais, e de fato devem ser, pois, estão ligadas aos processos educativos dos alunos, que estão ligados aos aspectos político, cultural, econômico e pedagógico.

Nesse sentido, as práticas de leitura em livros didáticos fazem parte da história das práticas escolares e do processo de escolarização, segundo Bittencourt (1996), o livro didático representa um papel importante no desempenho da aprendizagem da leitura desde o século XIX. As práticas de leitura realizadas com LD foram marcadas no passado por uma série de aspectos que remetem e refletem nas práticas atuais.

Uma das questões abordadas por Bittencourt (1996), a respeito das práticas de leitura em livros didáticos, chama atenção para o “poder da palavra impressa”, apontando para “o poder do livro didático, poder entendido como meio de impedir qualquer outra leitura a não ser a pretendida pelo autor e editor”. Desta forma, o LD traz consigo controvérsias assumindo um papel de ambiguidade haja vista que promove a leitura, o que a princípio age como instrumento de libertação, mas que culmina como condicionante refreador da “própria liberdade que cria”.

Compreendemos que essa ferramenta detém grande relevância no que se refere as práticas de leitura, pois os textos, as imagens e a sistematização do conhecimento, interfere indubitavelmente na forma como se pode ver ou deixar de ver determinados aspectos em nossa sociedade. Seu conteúdo vem sendo considerado como homogeneizado com uma leitura baseada na memorização. Bittencourt (1996) argumenta que:

O livro didático era um instrumento que possibilitava ao aluno dominar a leitura e indiretamente a escrita. Facilitava a apreensão de um conhecimento mais elaborado, divulgando o saber erudito e sistematizado com o qual os alunos poderiam ampliar sua visão de mundo embora as práticas de leitura dos livros didáticos estabelecidas pelo ritual escolar fossem também instrumentos de dominação ideológica tanto pelo



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

seu conteúdo explícito como seu “conteúdo oculto” (BITTENCOURT, 1996, p. 19).

A leitura no LD abre assim um espaço de reflexão, pois, apresenta grandes desafios em relação as práticas de leitura em seu cerne, no entanto, manifesta-se evidentemente como um espaço essencial de aprendizagem da habilidade de leitura, Silva e Araújo (2018) ressaltam que o espaço destinado a leitura no livro didático é essencial para a formação dos alunos, já que, muitas vezes, esse é o primeiro meio pelo qual o aluno estabelece o contato com a leitura, definindo-o também como um grande aliado do professor para o desenvolvimento de tais práticas educativas.

Para Silva e Araújo (2018) corroborando as ideias de Marcurchi (2009) e Geraldi (2006), a grande problemática está em como as atividades estão relacionadas com o texto. O autor argumenta que geralmente estão voltadas para o ensino da gramática, tanto em relação a interpretação e sentido do texto, quanto problemas em relação a formulação de perguntas equivocadas reforçando a ideia de apenas copiar a resposta do texto, resultando em identificar e retirar as informações com respostas prontas do próprio texto, uma espécie de atividade com perguntas automatizadas e com conteúdo superficial.

O desenvolvimento da leitura a partir do LD nas séries iniciais se apresenta como um marco nas práticas dessa habilidade por representar-se nesse período a fase do interesse e curiosidade do aluno, ou seja, é importante que essas práticas reforcem que seus conhecimentos sejam explorados, Silva e Araújo (2018) Assim, revela-se a importância do espaço reservado à leitura nesse artefato. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), já prevê que durante o ensino fundamental seja garantido o desenvolvimento pleno do domínio da leitura ao aluno.

3.2 Nas trilhas da palavra

Para refletirmos sobre aspectos ligados à prática da leitura, a partir do livro didático das séries iniciais, recorreremos a um livro de Língua Portuguesa do 3º ano do ensino fundamental, da rede pública de ensino do sudeste do Pará. O livro faz parte da coleção A Conquista, da autora Isabella Carpaneda. O material analisado integra o Programa Nacional do Livro didático (PNLD), a obra é uma versão 2023, que também é destinada a ser utilizada nos anos subsequentes atendendo 2024,



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

2025 e 2026 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação (MEC).

Quanto a estrutura do livro como material físico, contém 303 páginas. De forma inicial, o sumário apresenta como composição o primeiro tópico que tem como finalidade fazer uma revisão dos conteúdos que já foram estudados anteriormente pelo aluno, seguindo a ordem, inicia-se a divisão das unidades de estudo, um total de 8 (oito). Cada unidade, a partir da temática proposta, apresenta como primeiro e segundo tópicos textos para ações de leitura.

FIGURA 1: Imagem ilustrativa Capa



Fonte: Carpaneda (2021).

Dessa forma, a partir desse material nos propomos a selecionar alguns dos textos destinados à prática de leitura, buscando analisar e dar ênfase aos textos em sua composição e especificidades



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

tais como a mensagem, o contexto, ou seja, como a leitura aparece e como ela se relaciona com a realidade do aluno, bem como, sua contribuição para a formação de alunos leitores.

De acordo com o que foi apresentado no decorrer deste trabalho, a partir de então, buscaremos analisar como aparece a leitura no LD das séries iniciais do ensino fundamental tendo como referência o livro didático em tela, que é utilizado como um dos materiais didáticos em nossa região, a Amazônia do sudeste do Pará.

Nesse sentido, pretendemos compreender em que ponto o conteúdo de leitura do livro em questão atende, alcança e dialoga com a realidade do alunado da educação básica pública do contexto amazônico. Para essa análise, fizemos a seleção de 5 textos, que foram escolhidos considerando os conteúdos e as possibilidades de análises que pudessem atender os objetivos deste trabalho.

Na imagem a seguir, apresentamos e analisamos o primeiro exemplo de uma das atividades de leitura contidas no livro didático.

FIGURA 2: Exemplo de atividade de leitura a partir do gênero textual poema

1. Leia o poema em voz alta com os colegas, evidenciando o som representado pela letra **r** nas palavras.



Fonte: Carpaneda (2021).

Classificamos essa atividade de leitura onde o gênero textual poema foi utilizado, apenas para fins do ensino ortográfico e realização da atividade subsequente, tanto que é um texto curto e juntamente a ele fazendo parte do conjunto da leitura o livro, traz uma imagem em alusão ao assunto



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

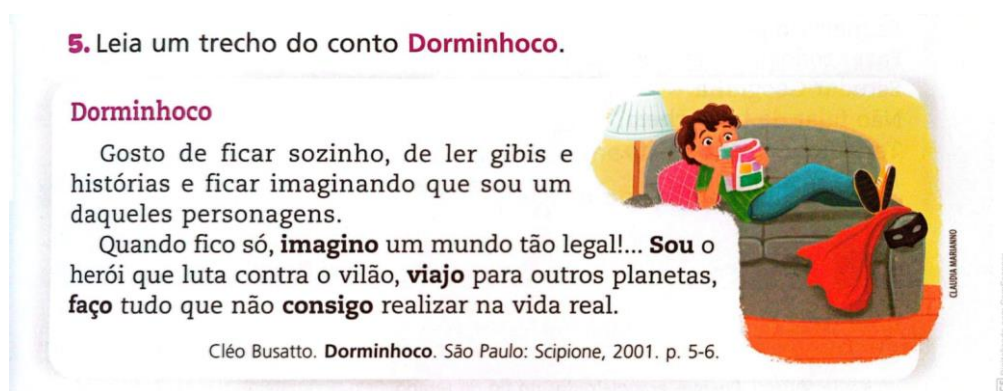
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

abordado servindo apenas como um elemento para chamar atenção do aluno. As atividades seguintes sugerem ao aluno retornar ao texto e realizar a releitura, destacando apenas as palavras sugeridas.

O texto sugerido para leitura não deixa claro um contexto propriamente, a mensagem é vazia de sentido e sua finalidade se dá ao reconhecimento das palavras, das letras, sons e regras ortográficas. Este exemplo reforça claramente o que aborda Bittencourt (1996, p.14) sobre as práticas de leitura em livros didáticos quando fala que “a leitura do livro correspondia a tarefa seguinte”.

No exemplo a seguir, analisamos mais uma atividade de leitura do livro didático que chamou nossa atenção.

FIGURA 3: Exemplo de atividade de leitura a partir do gênero textual conto



Fonte: Carpaneda (2021)

Nesta atividade de leitura, o aluno dispõe apenas de um trecho do gênero textual proposto que é um conto. A mensagem do texto sugere que a leitura é capaz de despertar o imaginário, também a ideia do gostar de ler, mas além da mensagem da qual aborda o próprio texto, o LD, assim como na atividade de leitura anterior, novamente, traz uma imagem atrelada ao texto.

Na imagem disposta, podemos perceber que o personagem se encontra em um ambiente que acaba sendo um retrato sugestivo daquilo que seria um lugar confortável para a promoção do momento de leitura. Uma imagem que pode interferir na concepção do aluno do lugar e da condição ideal que se precisa ter para desenvolver o hábito e o gosto pela leitura. Reforçando a ideia de que se precisa ter um ambiente adequado para a realização dessa prática, em contrapartida, o cenário da



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

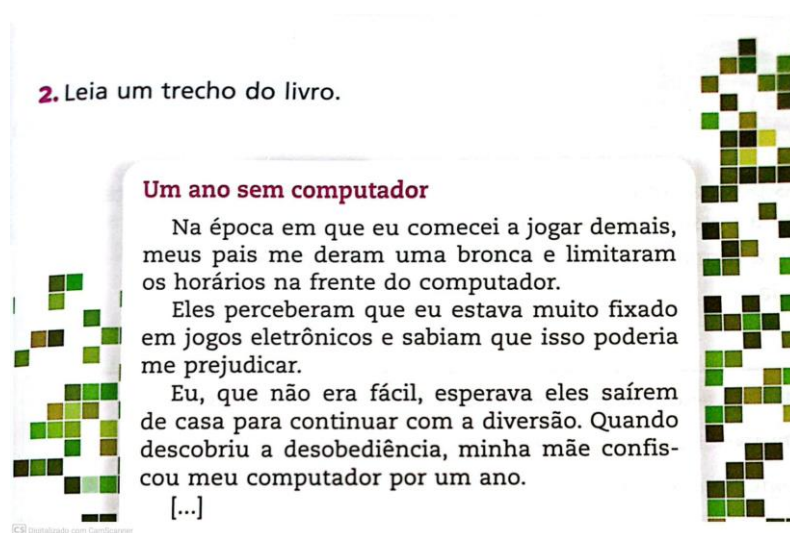
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

educação básica pública trabalha com alunos que em sua maioria essa imagem não dialoga com sua realidade. Essa abordagem faz todo sentido quando comparamos a fala de Bittencourt (1996, p.10) quando comenta que “Em vários livros de leitura, pode-se observar reproduções de cenas de crianças lendo em grupo, mas, sobretudo individualmente, tendo posturas controladas para segurar o livro e como manuseá-lo...”

Novamente, após a realização da atividade proposta de leitura é sugerido ao aluno um exercício de gramática, que requer retornar ao texto e fazer uso das palavras em destaque, nesse sentido o foco do texto recai em função de servir a resolução de uma atividade mais uma vez.

A seguir, analisamos e discorremos sobre mais um texto utilizado como exemplo de atividade de leitura que despertou nossa atenção.

FIGURA 4: Exemplo de atividade de leitura a partir de recorte de livro



Fonte: Carpaneda (2021).

Nessa atividade de leitura, o texto sugerido apresenta um pequeno recorte de um livro da história de um certo garoto influenciador digital que tinha acesso aos jogos eletrônicos através do computador de maneira desordenada e acabou tendo o aparelho confiscado, o texto em si apresenta um alerta e sugere de forma subsequente um questionamento que incentiva o desenvolvimento de uma opinião sobre o tempo de uso do computador por crianças e adolescentes.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

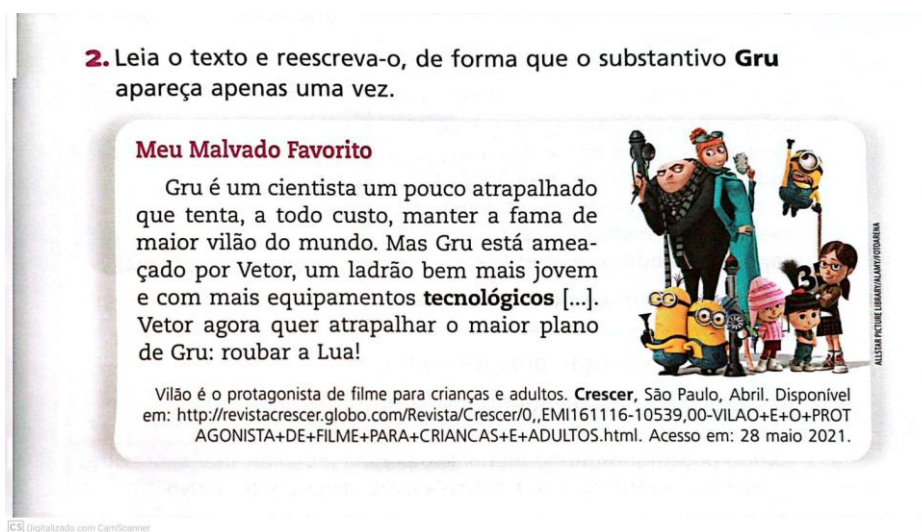
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

O que chama atenção nessa atividade de leitura é que apesar de haver uma atividade de direcionamento para que o aluno pense e reflita sobre algo, de certo modo se apresenta longe da realidade de muitos alunos da educação básica pública, que por muitas vezes não possuem sequer uma família estruturada, por vezes, encontram-se em situações de vulnerabilidade e o acesso aos meios tecnológicos são limitados, ou seja, essa não é uma realidade da maioria desses alunos.

No pequeno texto sugerido a seguir, apresentamos mais uma das atividades de leituras propostas no LD analisado, se trata de uma leitura que possui teor cinematográfico, ou seja, é um conteúdo de leitura que pode chamar a atenção do aluno, mas que se encontra em outra realidade, tem uma carga ficcional do mundo da fantasia, esse exemplo, também acompanha uma imagem trazida da indústria cinematográfica.

Além disso, assim como na maioria das atividades propostas, o texto segue a finalidade de um exercício de uma atividade voltada às questões gramaticais, nesse caso, o comando de leitura já traz o comando de resolução da atividade seguinte.

FIGURA 5: Exemplo de atividade de leitura a partir do cinema



Fonte: Carpaneda (2021).

No exemplo a seguir, a atividade de leitura proposta aparece através de um pequeno texto do gênero poema, além dos elementos textuais, dispõe-se de uma imagem que acompanha o texto, esta traz elementos que estão voltados para o mundo imaginário assim como a expressão "Era uma vez",



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

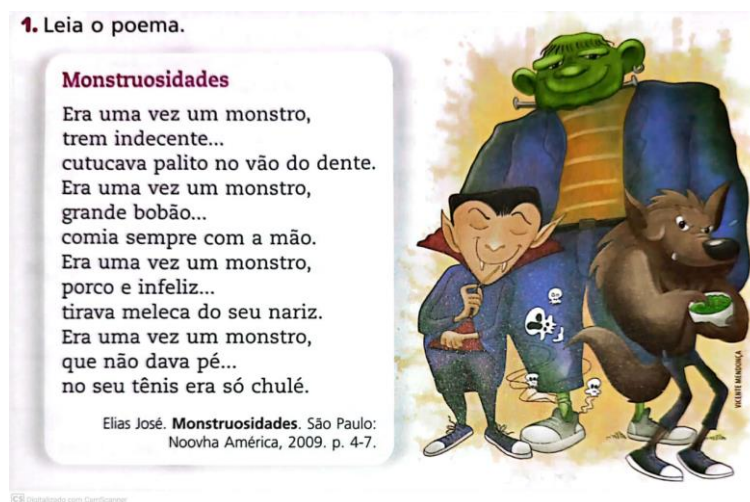
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

a leitura é seguida de uma atividade que trabalha classificação de palavras quanto ao número de sílabas.

FIGURA 6: Exemplo de atividade de leitura a partir do gênero poema e uso de elemento textual



Fonte: Carpaneda (2021).

De acordo com nossas reflexões, mais uma vez, o LD utilizar-se da atividade de leitura para a resolução de uma atividade gramatical, que traz a questão do reconhecimento de palavras sinônimas, utiliza-se como referência uma expressão muito utilizada no estado de Minas Gerais contida no referido poema que é a palavra "trem", que se enquadra como um exemplo de referência de outro lugar.

Embora como seguimento na atividade, o próximo questionamento permita ao aluno assimilar alguma palavra ou expressão característica de sua região, ou seja, voltar a sua realidade e pensar sobre ela, surge como uma ação secundária, e que é precedida de outra que incentiva o aluno retomar a leitura copiar e colar as palavras do próprio texto disponibilizado fazendo a classificação das palavras respectivamente a cada grupo.

Ao longo da análise é possível perceber que na maioria das vezes a leitura sempre precede uma atividade com fins gramaticais, dessa forma compreendemos que a leitura nesses casos assume a função mecânica “ler para responder”. Também percebemos que em alguns casos como nos textos



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

da figura 2 e figura 3 que o aluno possui acesso através do LD apenas a pedaços, ou seja, trechos do texto completo.

Ademais, outra característica importante a ser observada que interfere nessa interlocução, no diálogo que inexistente sobre as questões que sejam relevantes quanto a realidade e contexto do alunado da escola pública da educação básica amazonense, são os autores dispostos no livro, que em sua maioria são da região sudeste, esses textos dão base ao material utilizado para o desenvolvimento das práticas de leitura na região Norte, consequentemente a linguagem e a mensagem desses textos serão distanciadas do contexto do aluno.

4. Considerações Finais

Neste trabalho abordamos a leitura a partir de um livro didático, LD, de Língua Portuguesa, do 3º ano, do ensino fundamental, considerando que a habilidade de leitura subsiste como essencial para a formação de qualquer indivíduo. O domínio dessa prática que em grande medida decorre do ambiente escolar e requer um ensino intencional e contextualizado que se associe com a comunicação do aluno e se aproxime de sua realidade, para que seja uma prática de representatividade significativa.

Dessa forma, consideramos a leitura uma importante prática social, esta que carrega consigo uma complexidade devido aos atravessamentos que contribuem ou não para a formação de alunos leitores, é nesse sentido que este trabalho surge como uma necessidade de refletir sobre essa prática educativa a partir do conteúdo de leitura do livro didático. Sabemos que esse material que chega as escolas vem de uma escolha, que exige, ou deveria exigir, uma sistematização pautada nos elementos de contextualização onde o conteúdo proposto se relacione com os conhecimentos dos alunos sendo significativos para a construção das aprendizagens, neste caso, a de leitura.

Os resultados obtidos nos mostram um painel daquilo que vem sendo o livro didático ao longo dos anos, um material utilizado pelo professor e pelos alunos como mediador das práticas educativas. Nossa análise leva a compreensão de que o conteúdo de leitura da obra analisada ainda trabalha a leitura em grande parte a partir da perspectiva tradicional, na qual, o exercício prático da



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

leitura serve a resolução de uma atividade posteriormente voltada para a memorização das regras gramaticais envolvendo a Língua Portuguesa.

Nesse sentido, a leitura que aparece no material analisado reforça uma prática mecanizada, obrigatória e reprodutora, onde o aluno tem acesso apenas aos recortes de textos, descontextualizados que não dialogam ou materializam a realidade do estudante da escola básica pública, por exemplo, da nossa região, por se tratar de textos e autores que representam outras regiões do país, enquanto material e conteúdo selecionado e trabalhado em escolas da região norte que possui costumes e culturas completamente diferentes.

Nesse aspecto, a leitura no livro didático aparece como um obstáculo para a formação de alunos leitores, não obstante, como já mencionamos ao longo deste trabalho, dificilmente o aluno desenvolverá o gosto pela leitura se ela não tiver uma representatividade para ele, quando o que se tem é uma leitura obrigatória para a resolução de uma atividade, ou como uma leitura que desperte o imaginário, mas que está completamente distanciada do desenvolvimento de práticas que levem ao desenvolvimento de seu senso crítico e do mundo real.

A leitura na escola precisa ter significado intencional, o aluno não pode ler por ler, antes que desenvolva seu próprio hábito de leitura, sua consciência crítica, compreensão de que não existe apenas uma forma ou um jeito correto de ler, essa perspectiva precisa ser formada nos anos iniciais do contato do aluno com a leitura, assim compreendemos a importância do bom desenvolvimento de práticas de leituras contextualizadas para o aluno, como nos lembra Paulo Freire.

Ressaltamos que este estudo não pretende desmerecer o material pedagógico em si, que muitas vezes é um dos poucos recursos que o aluno da educação básica pública tem acesso, mas contribuir de forma reflexiva a respeito do conteúdo de leitura presente, nesse exemplar, percebemos e chegamos à conclusão de que a leitura não dialoga com o contexto dos alunos da Amazônia paraense, ou seja, é uma leitura distanciada dessa realidade.

Como professores precisamos pensar a partir dessa reflexão o desenvolvimento, direcionamento e possibilidades para as práticas educativas envolvendo a leitura mediada pelo livro didático, considerando a seriedade do papel que tem a leitura para o desenvolvimento e formação dos alunos no sentido crítico e de sua atuação e representação na sociedade, bem como, de um sujeito leitor.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

Referências

ARAÚJO, Marco André Franco; SILVA FILHO, Sildomar Monteiro. **Análise de um livro didático de língua portuguesa: ensino tradicional de gramática versus gêneros discursivos e análise linguística.** Trab. Ling. Aplic., Campinas, n (60.1): 268-281, jan./abr. 2021.

BASSO, Limara Del Poso.; TERRAZAN, Eduardo Adolfo. Organização e realização do processo de escolha de livros didáticos em escolas de educação básica. **Revista eletrônica de educação**, v.9, n.3, p. 256-272, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1210>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BEZERRA, Eliane Aparecida Santos. Habilidades relacionadas à leitura e escrita na BNCC. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.3, p. 95-105, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2033>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **A história do livro didático brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2000.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **O saber Histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1996.

CARPANEDA, Isabella. **A Conquista: Língua Portuguesa.** São Paulo: FTD, 2021.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador.** São Paulo: Unesp, 1999.

FUGITA, Eliana; FRANCO, Sandra Aparecida Pires. O ato de ler na educação básica e a formação de alunos leitores. **Revista do centro de ciências da educação**, Florianópolis, v. 36, n 2 – p. 774-740, abr/jun. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732018000200724. Acesso em: 11 mar. 2025.

FREITAS, Nelice Kay.; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: A forma do conteúdo.** DA Pesquisa, Florianópolis, v.3, n.5, p. 300-307, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, Julia. Silveira. **A história nos livros didáticos: O papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico.** História, Rio Grande, 3 (1), p. 51-74, 2012.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular do estado do Pará: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Belém: SEDUC, 2019.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>

TEIXEIRA JÚNIOR, Tiese. Rodrigues. Elementos socioterritoriais sobre prática de leitura na escola básica amazônica. Rev. **Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 134-150, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/84503>. Acesso em: 15 mar. 2025.

REIS, Andreia Rezende Garcia.; MAGALHÃES, Tânia Guedes. Leitura e escrita: desafios para a escola pública da atualidade. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 7 n. 9, p. 192-205, nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5304/4450>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SILVA, Marta Nascimento; ARAÚJO, Adelaide Silva. Leitura no livro didático: uma análise das atividades de compreensão/interpretação textual. **Anais eletrônicos do IV seminário formação de professores e ensino de língua inglesa**. vol. 4, p. 411-426 2018 | ISSN: 2236-2061 – 28 a 30 de maio de 2018, São Cristóvão/SE, UFS.

Recebido em 1 de setembro de 2025.

Aprovado em 16 de janeiro de 2026.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 31, n. 1, e267805, 2026.

Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2026.267805>